

**ACERVOS TEATRAIS LOCAIS:
A RECONFIGURAÇÃO DO SUJEITO NA
CONTEMPORANEIDADE ENQUANTO FORÇA MOTRIZ PARA
CONSTITUIÇÃO DE ACERVOS TEATRAIS**

Allan Valenza da Silveira¹

Resumo: A constituição de acervos teatrais locais se redefiniu na contemporaneidade juntamente com a nova noção de indivíduo (Hall; Bauman). A crise contemporânea de valores universalizantes do patrimônio e de bens culturais é uma crise da narrativa nacional e de seus cânones culturais. Valorizar o arquivo como espaço de preservação da memória e de práticas de criação de identidades locais decorre desta nova face descentrada do indivíduo, possibilitando a multiplicação de vozes e a redefinição de valores culturais.

Palavras-chave: memória, patrimônio, teatro

**ARCHIVES OF LOCAL THEATRE:
THE RECONFIGURATION OF THE SUBJECT IN
CONTEMPORANEITY AS A DRIVING FORCE IN THE
CONSTITUTION OF THEATRE ARCHIVES**

Abstract: The creation of archives of local theatre has changed during the contemporaneity linked to the changes of the subject (Hall; Bauman). The contemporary crisis of universalizing values of heritage and cultural goods is a crisis of the national narrative and its cultural canons. The valorization of the archive as a preserving memory and practices space for the creation of local identities follows this new off-centered subject configuration, which enabled the multiplication of voices and the redefinition of cultural values.

Keywords: heritage, memory, theatre

Apresentação

Apesar da constituição de acervos teatrais locais ainda ser uma prática pouco difundida no Brasil, a sua existência tem ganhado relevância. Preservar documentos é uma das formas mais usuais de se tentar bloquear o andamento do tempo. Essa preservação é uma luta quase inglória contra o anjo que em sua caminhada rumo ao

¹ Professor Associado do Curso de Tecnologia em Produção Cênica da Universidade Federal do Paraná.

futuro, como diria Benjamin (1994) em suas “Teses sobre a história”, seja lá qual ele venha a ser, arruína o presente, destroçando-o e lançando-o ao esquecimento.

Os arquivos documentais permitem acesso a esses momentos perdidos, mesmo que de formas parciais. Logicamente, é impossível preservar todo um momento, mas salvar experiências específicas, “encadernar, ligar as folhas novamente” através da criação de acervos “é um ato de amor” (DERRIDA, 2001, p. 34) ao possibilitar acesso a materiais que compõem as trajetórias de comunidades e os seus possíveis diálogos e afastamentos com uma noção mais ampla de civilização.

O sentimento de identidade entre as pessoas constitui o primeiro movimento de pertencimento a comunidades, gerando os valores básicos de coletividade. Nietzsche, em seu *Assim falava Zaratustra* (2000), afirma que sobre as cabeças de cada povo paira uma tabela de bens, valores e glórias forjados em seu passado (p. 45) que o diferencia dos demais, estabelecendo os seus próprios limites de certo e errado, de bem e mal. Ao formar uma coletividade usando valores que são tomados como relevantes para determinado grupo, incluem-se aqueles que compartilham desses valores essenciais, e excluem-se os que deles se afastam, ao negarem a sua eficácia ou por possuírem valores diversos.

Valores compartilhados coletivamente formam um imaginário, uma memória agregadora. É dessa premissa que, desde o século XVIII, o Estado moderno, assim que passou a se consolidar efetivamente como parâmetro de socialização, passou a agente selecionador na constituição da coletividade a si subordinada.

É natural que qualquer prática social que tenha de ser muito repetida tenda, por conveniência e para maior eficiência, a gerar um certo número de convenções e rotinas, formalizadas de direito ou de fato, com o fim de facilitar a transmissão do costume. (...) As sociedades que se desenvolveram a partir da Revolução Industrial foram naturalmente obrigadas a inventar, instituir ou desenvolver novas redes de convenções e rotinas com uma frequência maior do que antes. (HOBSBAWN, 1997, p. 11)

Com isso, o discurso e a prática estatais, representando valores dominantes de uma sociedade, passaram a definir os parâmetros de inclusão e exclusão dos membros que integram a sua comunidade. A compreensão da forma como ocorre o compartilhamento de valores enquanto constituição de um ideal de civilização e como isso ocorre na prática da configuração da multiplicidade possível de indivíduos que se agregam a qualquer

sociedade, permite compreender os processos seletivos de constituição da memória, uma vez que “a memória não é uma função metafísica, nem um conjunto de eventos marcados estaticamente em nossa identidade” mas “é nossa própria identidade em transformação no tempo e no espaço das multiplicidades.” (LEONARDI, 2008, p. 14).

Nos acervos uma sociedade preserva documentos acerca da visão que possui de si mesma. Porém, a modificação de uma sociedade redefine o tipo de material a ser incorporado ao acervo. Constituir um arquivo que preserva o passado é construir um discurso sobre o passado no presente. “A memória é, portanto, processo, projeto de futuro e leitura do passado no presente” (JARDIM, 1995, p. 2). O que se entende como passado, em especial o passado que deve ser preservado, trilha os caminhos a serem seguidos.

O passado é narrado no presente, projetando um futuro que se expressa pela capacidade de imaginar, sonhar, planejar etc. Todas essas são ações capazes de expressar essa memória prospectiva, que se projeta para o futuro, que estamos tentando preservar. (ARAUJO, 2020, p. 3)

As mudanças que ocorreram na sociedade contemporânea, em especial as que desencadearam a redefinição da constituição do sujeito, tornado menos sólido e, portanto, delimitável, geraram uma coletividade que desintegra gradativamente referenciais fixos. Essa fragmentação provém de novas formas de pensar o estar no mundo e o pertencimento a coletividades.

Uma vez que a unidade de valores que é aplicada de forma hegemônica passa a ser questionada e desconstruída, mais vozes tornam-se fontes de construção de valores. Pluralidade e diversidade estão em consonância com a construção contemporânea do indivíduo. E é essa mesma pluralidade que leva a sociedade contemporânea a possuir uma ânsia por produzir arquivos.

O que se encontra na base da questão da necessidade contemporânea pelo arquivo é o questionamento da construção de um ideal centralizador, nacional, de povo (político, cultural, linguístico, etc.), retirando a força hierárquica do discurso. A preservação de bens no mundo contemporâneo não somente abre espaço, como necessita acolher a multiplicidade. Assim, o arquivamento de bens não privilegia mais retratar o que há de unidade, mas o que pode haver de diversidade na formação de uma comunidade, na busca de preservar processos e documentos que salvaguardem a criação local.

Essa caminhada para os processos locais, em detrimento de uma postura centralizada, liga-se intimamente com a modificação paradigmática da constituição do indivíduo no mundo contemporâneo. A fragmentação dos referenciais unitários e totalizantes de uma sociedade, abrindo espaço para o indivíduo não centrado, corrobora a questão de que acervos locais passam a constituir novas vozes no jogo de criação de valores sociais.

Dentre os pilares que o Estado nacional usou para constituir a identidade, a definição de um discurso e de uma memória sobre o passado de uma nação passa, gradativamente, a ganhar espaço na sua atuação. A atuação deste Estado moderno liga-se diretamente às mudanças no horizonte valores arraigados às tradições aristocráticas, muitas vezes, ainda com raízes feudais, realizadas a partir das revoluções burguesas iniciadas ao longo do século XVIII. Quando, como afirma Hobsbawn, “instituições políticas, movimentos e grupos – inclusive o nacionalismo – sem antecessores” – modificaram os parâmetros de atuação social, tornou-se “necessária a invenção de uma continuidade histórica, por exemplo, através da criação de um passado antigo que extrapole a continuidade histórica real seja pela lenda (...) ou pela invenção.” (HOBSBAWN, 1997, p. 15) Assim, a partir do século XVIII, a sociedade moderna europeia produziu seus próprios suportes, criando para si sua própria memória. A consolidação desse ideário nacional-burguês, ao longo do tempo, demandou a constituição de toda uma nova mitologia para sustentar as novas formas de organização social – e suas instituições de funcionamento. Discursivamente, esses novos valores, a partir de um passado inventado, organizaram uma memória coletiva configurada ao gosto do presente, estabelecendo e fazendo perdurar de forma eficaz esta nova ordem social.

Por “tradição inventada” entende-se um conjunto de práticas, normalmente reguladas por regras tacita ou abertamente aceitas; tais práticas, de natureza ritual ou simbólica, visam inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição, o que implica, automaticamente, uma continuidade em relação ao passado. (HOBSBAWN, 1997, p. 9)

As novas tradições passaram a configurar parte do imaginário dos povos e não foram criadas de forma aleatória. Elas buscaram reorganizar valores, selecionando, distorcendo e resignificando práticas sociais do passado. Não há nisso uma maldade

manipuladora, mas uma redefinição de forças sociais. Para usar os argumentos de Bauman (2001), nos resultados desta reorganização o pensamento moderno, havia a crença em um fim e em um Estado de perfeição a serem buscados, “um *telos* alcançável da mudança histórica, (...), algum tipo de sociedade boa, de sociedade justa e sem conflitos em todos ou alguns de seus aspectos postulados” (p. 37) que chegaria a todos os seus membros em algum momento no futuro, por mais que pudesse tardar.

Esta nova sociedade moderna, ao criar suas próprias tradições, com a “utilização de elementos antigos na elaboração de novas tradições inventadas para fins bastante originais” (HOBSBAWN, 1997, p. 14) foi o primeiro momento em que, efetiva e sistematicamente, a sociedade passou a não apenas utilizar construções e valores antigos como símbolo de poder, mas a preservar e transformá-los em monumentos. As histórias orais não eram mais as principais fontes de transmissão de valores – como foram nas “sociedades-memória”, no conceito de Pierre Nora (1993, p. 8) –, mas essas novas narrativas gerais, totalizantes, que buscavam criar novas identidades. Este repertório selecionado de bens culturais passou a constituir a principal fonte de discurso sobre o passado desta sociedade.

O Estado moderno, cujo papel de organizador e mediador social se encontra em sua própria formação, torna-se o porta-voz desses novos ideais. Em alguns locais, particularmente no mundo ibérico e em suas regiões coloniais, esta atuação estendeu sobre diversas áreas, da educação às finanças, do urbanismo à saúde. Tal posicionamento se infere a partir do exposto por Richard Morse, em seu *O espelho de Próspero* (1988), ao apresentar as raízes dos processos mentais na constituição dos mundos ibérico e inglês (e de suas correspondentes expansões coloniais), quando desenvolve a questão da “opção ibérica”, feita na passagem para o mundo moderno, cuja base se assenta em uma premissa tomista ao encadear todas as coisas em uma ordem que subordina tudo, ao ligar os mais baixos seres aos píncaros celestiais mais elevados. De certa forma, essa racionalidade cosmológica se traduz em uma organização hierárquica da sociedade, escalonando e subordinando o mundo à atuação de um Estado civilizador e moralizador.

Ao longo da segunda metade do século XIX, uma classe híbrida, misto de burguesia e aristocracia, ascende ao poder nessas regiões substituindo as antigas monarquias, utiliza os ideais burgueses em seus discursos e se apropria de suas práticas individualizadoras,

mas não permite a sua difusão a todos os habitantes de uma nação, cooptando o Estado para fins privados na busca de manter, o máximo possível, a hierarquização de nascimento e a manutenção opressora do trabalho escravo. (SCHWARTZ, 2000) Sua prática na constituição da memória se configura por um uso da estrutura estatal já instalada na preservação de bens culturais. O que, a princípio, poderia aparentar uma ação benemerita gerou efetivamente um resultado específico. A seleção de bens que comporiam o rol arquitetônico e artístico para os acervos nacionais reflete a imagem e identidade desta nova classe dominante.

Essa modernidade pesada/sólida/condensada/sistêmica (...) era impregnada da tendência ao totalitarismo. A sociedade totalitária da homogeneidade compulsória, imposta e onipresente, estava constante e ameaçadoramente no horizonte – como destino último, como uma bomba nunca inteiramente desarmada ou um fantasma nunca inteiramente exorcizado. Essa modernidade era inimiga jurada da contingência, da variedade, da ambiguidade, da instabilidade, da idiossincrasia. (BAUMAN, 2001, p. 33)

No caso brasileiro, a atuação estatal ganha força a partir do começo do século XX, após o período de consolidação da República, com a aproximação da classe burguesa (financeira, comercial e industrial) com a aristocracia rural – economicamente decadente, mas politicamente poderosa –, ambas ligadas intimamente com a classe militar, que desde a Guerra do Paraguai (1865) avança em prestígio. Nas escolhas das primeiras décadas de tombamentos patrimoniais realizados pelo SPHAN (posteriormente IPHAN), casarões coloniais e igrejas católicas, os bens mais presentes nos processos, transparecem os ideais discursivos que estavam sendo instalados no país. (FONSECA, 1997; FUNARI e PELEGRINI, 2006)

Com o objetivo de criar uma identidade nacional, a constituição deste acervo busca universalizar referências específicas. Esta dinâmica construiu o imaginário da coletividade nacional a partir de alguns poucos referenciais. O indivíduo deste momento, um ser sociológico, com grandes diretrizes e pouco mutável, se reconhece como integrante de “paisagens culturais de classe, gênero, sexual, etnia, raça e nacionalidade” (HALL, 2005, p. 9), enquadrando-se nestas referências generalizáveis e nacionalizantes de bens culturais.

O indivíduo sociológico apresentado por Stuart Hall se constitui através de estruturas e discursos sociais que delimitam um horizonte de expectativas (JAUSS, 1994) ao sustentar tanto o lugar específico por ele ocupado em uma sociedade, quanto o seu desejo de tornar-se plenamente o ideal daquela sociedade. Assim, é possível a este indivíduo reconhecer suas limitações e não adequações aos ideais de uma sociedade, pois estes estão definidos e estão por ele internalizados. Nesta dinâmica, a constituição de um acervo nacional de obras (arquitetônicas, literárias, artísticas) cuja pretensão seria de preservar a identidade de um povo faz mais do que isso. Em uma sociedade cujos ideais estão delimitados, a seleção de obras a serem preservadas os reflete e reafirma.

Voltando ao caso brasileiro, a preservação de casas-grandes dos engenhos de açúcar, de igrejas católicas, dos casarões dos barões do café, de fortes militares e de palácios coloniais representa a escolha nacional de um ideal civilizatório: a delimitação do Brasil a partir de um horizonte masculino, branco, cristão e rico. Isso contrasta com a realidade concreta do país, formada por com uma maioria de mulheres como chefes de famílias, com um enorme número de descendentes de ex-escravizados africanos, com religiões diversas, convivendo em uma das maiores desigualdades sociais do planeta¹.

Fruto de uma prática seletiva não plenamente consciente, a construção da memória coletiva de uma sociedade representada em bens culturais é resultado de olhares específicos para o passado. Durante o correr do século XX, quando se institucionalizou o sistema de preservação do patrimônio histórico e artístico no Brasil, “os registros artísticos mostram-se como diferenciais nessa busca em reconstituir o passado” (OLIVEIRA, 2009, p. 7), apresentando a passagem de um mundo rural para um mundo urbano. Essa urbanização redefine o universo social no país, levando a nova classe híbrida resultante da fusão de burguesa, aristocrática e do prestígio militar “a inventar, instituir ou desenvolver novas redes de convenções e rotinas” (HOBBSAWN, 1997, p. 11) e, assim, resignificar bens selecionados para consolidar no imaginário o pertencimento coletivo à nova tradição.

Este momento em que o Estado assume-se como local de enunciação da tradição marca a consolidação das relações deste mundo moderno, quando se constitui a noção de indivíduo definido pela interiorização do diálogo com o mundo. Esse processo não se faz de forma aberta, mas por um jogo de forças enunciativas de discursos sobre o passado.

Controlam-se, com isso, as possibilidades de escolha sobre o presente. A memória e o patrimônio, definidos enquanto uma dinâmica nacional, geram um olhar unificado na sociedade ao ligarem-se muito intimamente com a construção sociológica do indivíduo, criando um universo de espelhamento pela exaltação e, conseqüentemente, pela tentativa de cópia necessária dos ideais nacionais pelos indivíduos, encadeando as pessoas hierarquicamente através de suas adequações e distanciamentos dos padrões propostos por e para esta sociedade.

A noção de sujeito sociológico refletia a crescente complexidade do mundo moderno e a consciência de que este núcleo interior do sujeito não era autônomo e auto-suficiente, mas era formado na relação com “outras pessoas importantes para ele”, que mediavam para o sujeito os valores, sentidos e símbolos - a cultura - dos mundo que ele/ela habitava. (HALL, 2005, p. 10).

A fragmentação do projeto unificador, gestado no próprio interior do mundo moderno, se dá pelo aprofundamento da autonomia do sujeito em decorrência de uma crise dos referenciais e discursos totalizantes. Novas visões e discursos ligados ao gênero, à sexualidade, à raça, às classes sociais passam a configurar como viáveis, porém, não substituem efetivamente o antigo discurso hierarquizante e hegemônico. Não é mais possível perceber um único direcionamento como definidor principal das referências de formação da subjetividade contemporânea.

Aprofundamento das questões derivadas dos direitos humanos e ampliação dos direitos civis, questões feministas, empoderamento de minorias, liberdade sexual, redefinição da relação entre economia e meio ambiente são algumas das novas posturas que passam a ser incorporadas no discurso de constituição social. Mesmo que não se desenvolva enquanto negação do sistema, mas como sua reconfiguração, “capaz de conter a transformação social – transformação qualitativa que estabeleceria instituições essencialmente diferentes, uma nova direção dos processos produtivos, novas formas de existência humana” (MARCUSE, 1973, p. 16), esta liberdade provoca mudanças significativas na dinâmica social.

Cada indivíduo passa a determinar a si mesmo como um resultado de múltiplos discursos, muitas vezes antagônicos, que funcionam de forma a diversificar os sujeitos, permitindo que, pela expansão de direitos e opções, as pessoas convivam não somente

com princípios diversos, mas que esses princípios sejam, efetivamente mutáveis de acordo com as diversas situações e conjunturas existentes. A constituição do sujeito líquido de Bauman (2001), não desestabiliza a sociedade, mantendo o que era de essencial para ela inalterado (ou, até mesmo, aprofundando): o consumo.

O derretimento dos valores unificadores nacionais gera uma individualidade mutável na “busca ávida e sem fim por novos exemplos aperfeiçoados e por receitas de vida” (BAUMAN, 2001, p. 87). Cada um modifica-se de acordo com as situações, o que leva, por um lado, a uma ineficiência da tentativa de se configurar um valor totalizante; mas, ao mesmo tempo, gera uma incapacidade de se empreender modificações efetivas, uma vez que não há mais o *telos* que estava presente no discurso da modernidade. A difusão de direitos civis e a convivência com as diferenças (não somente entre grupos, mas muitas vezes internamente a um mesmo indivíduo) retira a força hierarquizadora do discurso nacional e a planifica (o que, de forma alguma, resolve as desigualdades sociais decorrentes de questões econômicas, de gênero, cor da pele, orientação sexual).

Em regiões centrais do ocidente, como a Europa ocidental e os Estados Unidos, a desconstituição dos valores sólidos já se encontra em andamento desde o período final da segunda guerra mundial. A entrada em larga escala de mulheres no mercado de trabalho, a defesa de minorias que foram perseguidas durante a guerra, a busca pela ampliação de direitos de populações racialmente excluídas, e a criação de organismos internacionais multilaterais, como a Organização das Nações Unidas apontam para essa mudança. Ao logo das décadas seguintes ganham corpo, a título de exemplos, as discussões sobre a liberdade sexual e religiosa, motes centrais da contra-cultura e de movimentos estudantis, a ecologia e o fim das leis de censura às artes. Simultaneamente, veem-se a ocorrência de movimentos de resistência a essas mudanças, como os movimentos militares latino-americanos e suas correspondentes ditaduras e processos de censura.

Sem a hierarquia como um princípio balizador da sociedade, a própria configuração do ideal de patrimônio modifica-se. O patrimônio (herança) aos poucos passa a não mais ser usado como fundador de um *status quo* no presente (legitimadora de uma situação), passando-se cada vez mais para configuração de arquivo que, “mais do que uma coisa do passado (...), o arquivo deveria pôr em questão a chegada do futuro” (DERRIDA, 2001, p. 48).

Aos poucos, o que se percebe na contemporaneidade é que não há mais um bem que seja um patrimônio nacional como sintetizador de todos os valores de um povo, que presentifique o passado idealizado: igrejas católicas, no Brasil, não satisfazem mais enquanto patrimônio da nação. Outros espaços religiosos, como terreiros e templosⁱⁱ, passam a ser considerados bens nacionais. E isso não se dá pelo fato que estes substituíram aquelas. Os bens escolhidos não estão mais ligados diretamente a todos os indivíduos que compõem a nação, bem pelo contrário. A escolha não se baseia mais em um critério ideológico seletivo de bens para a construção do imaginário. O que se tem aqui é uma modificação do substrato ideológico do que vem a ser nação. O ideal passa ser a composição da diversidade de um povo, não mais a busca de bens comuns. O que passa a se entender como patrimônio são bens relativos à facetas diversas da cultura (ou das culturas). A própria seleção de bens é redefinida nesse processo: anteriormente, quase que exclusivamente obras arquitetônicas e de artes plásticas eram consideradas nos processos de patrimônio; nesse novo momento, há uma diversificação dos bens nos processos, incluindo, aqui, bens imateriais.

Este movimento de redefinição de bens inseridos no arcabouço patrimonial, no Brasil, passa a ser redefinido ao longo da década de 1980, mas se concretiza na década seguinte, em particular em dois momentos: a Carta de Brasília, de 1985, defende a configuração sincrética da cultura e abre espaço para a noção de diferença enquanto formadora de uma especificidade;

Nós (...) sentimos a necessidade de colocar a questão da autenticidade a partir da nossa peculiar realidade regional, que difere daquela dos países europeus ou asiáticos de longa tradição como nações, pois nossa identidade foi submetida a mudanças, imposições, transformações que geram dois processos complementares: a configuração de uma cultura sincretista e a de uma cultura de resistência. (CARTA DE BRASÍLIA – IPHAN, 1995)

e a Carta de Fortaleza, de 1997, redigida em evento de comemoração dos 60 anos do IPHAN, amplia a possibilidade de bens a serem protegidos, em particular bens imateriais e os provenientes da cultura popular.

(...) elaboração de diretrizes e a criação de instrumentos legais e administrativos visando a identificar, proteger, promover e fomentar os processos e bens “portadores

de referência à identidade, à ação e à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira” (Artigo 216 da Constituição), considerados em toda a sua complexidade, diversidade e dinâmica, particularmente, as formas de expressão; os modos de criar, fazer e viver; as criações científicas, artísticas e tecnológicas, com especial atenção àquelas referentes à cultura popular. (CARTA DE FORTALEZA – IPHAN, 1997)

A diversificação amplia a noção de patrimônio, que ganha uma expressão mais local. Deixa-se de buscar exclusivamente a grande identidade nacional definidora de relações de hierarquização entre as regiões centrais e as periféricas, cujo resultado impunha uma valorização cultural das regiões com presença política e econômica de maior destaque no panorama nacional. Os lugares com maior quantidade de bens tombados até o final da década de 1970, em especial arquitetônicos, são o Rio de Janeiro, Minas Gerais, Bahia e São Paulo. Após este momento, há uma ampliação, a partir do final da década de 1980, de processos de preservação de bens culturais em diversas outras regiões, salvaguardando-se festas, celebrações, comidas, etc, ampliando-se mais o espectro de tipos de bens a serem preservados.

Esses novos tipos de bens que passaram a ser observados possuem grande relevância para a cultural local e regional, mesmo que nacionalmente eles não gerem, por si, identidade. Desta forma, a noção de nação abre-se ao deixar de ser composta prioritariamente pela ideia de um povo unificado, constituindo, agora, uma postura mais diversa, tratando a nação como convivência entre diversas expressões e não como subordinação estratificada ou “grupos de referência” determinados.

Esta guinada para o espaço local, em detrimento do nacional, ocorre conjuntamente à mudança de paradigma sobre a construção do sujeito. A proliferação de bens relacionados a comunidades específicas se estabelece através da não constituição *a priori* do sujeito, mas em um jogo de múltiplos enfoques.

Hoje, os padrões e configurações não são mais “dados”, e menos ainda “auto-evidentes”: eles são muitos, chocando-se entre si e contradizendo-se em seus comandos conflitantes, de tal forma que todos e cada um foram desprovidos de boa parte de seus poderes de coercitivamente compelir e restringir. (...) Os poderes que liquifazem passaram do “sistema” para a “sociedade”, da “política” para as “políticas da vida” – ou desceram do nível “macro” para o nível “micro” do convívio social. (BAUMAN, 2001, p. 14)

A existência de acervos locais de memória e de documentação, independente de suas áreas, gera a possibilidade de se revisitar o passado e, desta forma, de construir o presente. Essa possibilidade de se redescobrir o passado, não subordinando o presente a uma mitologia predefinida e difundida coletivamente (como nos discursos orais de épocas pré-modernas ou no nacionalismo moderno) traz, ao lado da fragmentação contemporânea do indivíduo, a própria fragmentação da memória. Pelas palavras de Isabel Pinto, “mais do que uma realidade nacional e una, hoje o arquivo, principalmente os patrimônios literário e artístico, deve visar diferentes realidades comunitárias, em constante interação linguística, técnica, material, literária etc.” (PINTO, 2015, p. 510)

Essa é uma das razões mais eloquentes para o profundo anseio contemporâneo pelo arquivo. De acordo com Derrida (2001), posição corroborada também por Pierre Nora, o que marca a contemporaneidade é um desespero patológico pela formação de arquivos, uma “pulsão de arquivo” (p. 32) como resposta ao vazio, à “finitude radical” (p. 32), gerado pela ruptura com uma narrativa construtora de sentido.

Museus, arquivos, cemitérios e coleções, festas, aniversários, tratados, processos verbais, monumentos, santuários de associações, são os marcos testemunhas de uma nova era, das ilusões de eternidade. (...) Os lugares de memória nascem e vivem do sentimento que não há memória espontânea, que é preciso criar arquivos, que é preciso manter aniversários, organizar celebrações, pronunciar elogios fúnebres, notariar atas, porque essas operações não são naturais. (NORA, 1993, p. 13)

Considerações finais

Com relação ao teatro, acervos memorialísticos e de documentação com a produção local permitem o acesso a universos que se distanciam do cânone nacional e questionam o senso comum. A memória resultante do processo de construção do ideal nacional faz com que uma área da cultura, no caso específico, aqui, do teatro, seja o resultado de um jogo de presença e canonização. O esquecimento, em especial de membros menos “vitoriosos”, é o resultado de dinâmicas socioculturais e possui padrões específicos para hierarquizar valores internalizados por seus membros. Essas dinâmicas, relacionadas com os seus desdobramentos políticos e econômicos, selecionam e

repetem nomes e/ou locais que recebem maior respaldo sociocultural e reafirmando constantemente os ideais traçados por essa sociedade e, assim, reforçando a sua presença no imaginário e memória coletivos.

Em contraponto às práticas totalizantes provenientes desta atuação nacionalista pautada pela seleção e esquecimento, a constituição de acervos locais permite que a comunidade tenha acesso a múltiplas facetas de seu próprio passado. O acesso a materiais documentais de bens produzidos em sua própria comunidade permite pensar sobre si mesmo, abrindo possibilidades de autointerpretação e de autodefinição. A subordinação a uma cultura dominante, canônica, sem que se tenha acesso às diversidades de seu próprio passado, gera apagamento da sua própria memória e a aceitação de outra memória coletiva.

A propriedade e transmissão, elementos fundadores da noção tradicional de patrimônio, permanecem na actualidade, mesmo admitindo que a noção moral de patrimônio está cada vez mais ligada a uma tomada de consciência (da comunidade local, regional, nacional, e mesmo mundial). (CARVALHO, 2005-2006, p. 211)

A memória é, por excelência, um processo construído, seja ela feita a partir de acessos a possibilidades produzidas localmente em seu passado, seja ela constituída a partir de pressupostos universalizantes. Entretanto, a abertura para a compreensão a partir de acervos locais permite pensar dinâmicas múltiplas sobre o passado e, conseqüentemente, sobre o presente destas comunidades, percebendo as suas materialidades. Entender-se sempre em relação a um ideal hegemônico leva a uma inferiorização da comunidade local com relação ao centro (político, econômico, cultural). Ao se definir como deslocado (hierarquicamente) o resultado é uma necessidade única de fazer parte dos processos centrais. A comunidade local possuía e possui anseios próprios e responde a eles com ações específicas. São essas respostas (assim como as perguntas, as indagações) que não se preservam quando não há acervos. Como afirma de forma decisiva Maria João Pires de Lima (1992): “Um país sem arquivistas é um país sem arquivos, e um país sem arquivos é um país sem memória, sem cultura, sem direitos” (p.26).

Seria utópico, entretanto, imaginar que essa comunidade local produz sua própria dinâmica desligada de um contexto maior. Nenhuma comunidade local está isolada de

seu contexto e, assim, a sua produção não vive em um universo isolado. Para se pensar sobre a dinâmica local, há de sempre ter em mente a relação dela com contextos externos, em particular com os que ela mesma define como suas referências (cuja presença é também uma forma de se posicionar da produção local). Esta relação entre centro e periferia entra no jogo da produção do cânone. Os acervos locais são lugares de memória e, enquanto tais, “são simultaneamente materiais, simbólicos e funcionais” (JARDIM, 1995, p. 2). Lá se relacionam produções locais e discursos provenientes do imaginário central ao qual essas comunidades se ligam consciente ou inconscientemente. As formas como essas produções procuram aproximar ou afastar-se desses ideais, subordinando-se a seus preceitos ou buscando deles se libertar.

Além dessa relação entre centro e periferia, entretanto, nos acervos locais encontram-se também outras questões. A preservação das experiências locais aponta possibilidades de encontrar posicionamentos sobre o que venha a ser produzir arte para determinada comunidade. Como escreveu Derrida (2001), “*todo* arquivo (...) é ao mesmo tempo *instituidor* e *conservador*” (p. 17).

A preservação em acervos teatrais vai além de manter os textos dramáticos, forma já canonizada de arquivamento. Ela pode se dar pela preservação de materiais diversos, como cartazes, flyers, programas, fotografias, reportagens e críticas, estudos acadêmicos e artísticos, materiais de divulgação e marketing, filmagens, listas de bilheteria, projeto executivo, anotações da produção e direção, entrevistas com componentes da produção, mapas de som e luz, figurinos e cenários (ou suas descrições). Quando esse arquivamento se desenvolve de forma sistemática por uma quantidade significativa de companhias, mais do que a existência de materiais documentais referentes a uma ou outra montagem ou companhia, o que passa a se ter no acervo é a possibilidade de acesso a um universo mais complexo, que trata de uma existência material desse processo produtivo como um bem cultural.

Tem-se, enfim, a possibilidade de constituição de um acervo memorialístico da produção teatral da comunidade permite o acesso aos dilemas, anseios e limitações que lhe são próprios. Ao trilhar por seu passado, inclusive com a possibilidade de performar novamente este acervo, a comunidade permite-se construir novas possibilidades para o presente e, conseqüentemente, ansiar pelo que está pode estar por vir e assim, “mais do

que se assumir como bagagem ou legado – isto é, um conjunto de vestígios, referenciando o passado –, o arquivo deve convocar a problemática do porvir e, mais especificamente, o momento possível de sua reinvenção.” (PINTO, 2015, p. 509-510)

A convivência da comunidade com sua própria dinâmica de produção permite-lhe a compreensão de seu passado e presente, de suas possibilidades de construção autônoma e sua dependência discursiva e prática de cânones.

Referências

- ARAUJO, JUNIOR, Edmar Augusto Santos de. Diálogos entre a teoria do valor e o patrimônio cultural. In: **Z Cultural** – Revista do Programa Avançado de Cultura Contemporânea. 1º SEMESTRE DE 2020, UFRJ (Rio de Janeiro). Disponível em: <http://revistazcultural.pacc.ufrj.br/dialogos-entre-a-teoria-do-valor-e-o-patrimonio-cultural/>, acessado em 22/04/20
- BAUMAN, Zigmund. **Modernidade Líquida**. Trad. Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.
- BENJAMIN, Walter. **Obras escolhidas – Magia e técnica, arte e política**. Trad. Sérgio Paulo Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- CARVALHO, Paulo. Patrimônio cultural, ordenamento e desenvolvimento: Uma nova visão e valorização do território. In: **Cadernos de Geografia**. N° 24125- 2005-2006. Coimbra, FLUC - pp. 209-216. Disponível em https://www.uc.pt/fluc/depgeotur/publicacoes/Cadernos_Geografia/Numeros_publicados/CadGeo24_25/artigo26, acessado em 18/04/20.
- CARTA DE BRASÍLIA. IPHAN. Disponível em <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20Brasilia%201995.pdf>, acessado em 31/03/2020.
- CARTA DE FORTALEZA. IPHAN. Disponível em <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Fortaleza%201997.pdf>, acessado em 31/03/2020.
- DERRIDA, Jacques. **Mal de arquivo – uma impressão freudiana**. Trad. Claudia Moraes Rego. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.
- FONSECA, Maria Cecília Lourdes. **O patrimônio em processo – trajetória da política federal de preservação no Brasil**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ; Minc – IPHAN, 1997.
- FUNARI, Pedro Paulo; PELEGRINI, Sandra C. A. **Patrimônio histórico e cultural**. São Paulo: Jorge Zahar editor, 2006.
- HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Trad. Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.
- HOBBSBAWN, Eric. **A invenção das tradições**. Trad. Celina Cardim Cavalcanti. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

- HOBBSAWN, Eric. **Nações e nacionalismos desde 1780: programa, mito e realidade**. Trad. Maria Celia Paoli, Anna Maria Quirino. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.
- JARDIM, José Maria. A invenção da memória nos arquivos públicos. In: **Ciência da Informação**. Vol. 25, nº 2, Brasília: Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (Ibict), 1995. Disponível em <http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/659/663>, acessado em 06/04/20.
- JAUSS, Hans Robert. **A história da literatura como provocação à teoria literária**. Trad. Sérgio Tellaroli. São Paulo: Ática, 1994.
- LEONARDI, Patrícia. **A memória como recriação do vivido: um estudo da história do conceito de memória aplicado às artes performativas na perspectiva do depoimento pessoal**. São Paulo: USP, 2008. (Tese). Disponível em <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27156/tde-07052009-143057/publico/3199071.pdf>, acessado em 14/04/20.
- LIMA, Maria João Pires de. Os Arquivistas, a Formação, a Profissão. In: **Cadernos de BAD**. Lisboa, v.2, 1992.
- MARCUSE, Herbert. **A ideologia da sociedade industrial – o homem unidimensional**. Trad. Giasone Rebuá. Rio de Janeiro, Jorge Zahar editor, 1973.
- NIETZSCHE, Friedrich. **Assim falava Zaratustra**. Curitiba: Hemus, 2000.
- NORA, Pierre. Entre Memória e História. Trad. Yara Aun Khoury. In: **Proj. História**. São Paulo (10), dez, 1993.
- MORSE, Richard. **O espelho de próspero**. Trad. Paulo Neves. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.
- PINTO, Isabel. História do Teatro e Performance: a insurreição do arquivo como método. In: **Revista Brasileira de Estudos da Presença**. Vol. 05, nº 3. Porto Alegre Set/Dez, 2015. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/rbep/v5n3/2237-2660-rbep-5-03-00507.pdf>, acessado em 06/04/20.
- SCHWARZ, Roberto. **Ao vencedor as batatas – Forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro**. São Paulo: Duas Cidades; Ed. 34, 2000.

ⁱ Dados brutos para essa questão podem ser encontrados nas pesquisas realizadas pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), particularmente na seção “Multidomínio” (<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/multidominio.html>), nos critérios “Condições de vida, desigualdade e pobreza” e “Gênero”, e na seção “Sociais” (<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao.html>), no critério “Desigualdades sociais por cor ou raça no Brasil”.

ⁱⁱ A lista completa dos bens tombados pelo IPHAN está disponível em “Lista de bens tombados e processos em andamento (1938-2019)”, no endereço <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/126>.